

Farol de Milha *Da Dívida Externa*

04 JUL 1991
Com o pagamento da primeira parcela de US\$ 875 milhões dos US\$ 2 bilhões de juros vencidos aos bancos comerciais privados, esta semana, o Brasil começa a regularizar as pendências na área externa, que somam um atraso de US\$ 8 bilhões desde a suspensão do pagamento dos juros aos bancos privados estrangeiros em setembro de 1989.

Faltam ainda um acerto com os credores oficiais, no âmbito do Clube de Paris, e a retomada de negociações com o FMI, o Banco Mundial e o BID, para inverter o fluxo negativo de recursos em relação a estes organismos multilaterais. Mas começar a honrar as dívidas foi um passo importante para que o Brasil possa ser respeitado e adquira credenciais para renegociar o pagamento do principal a longo prazo. É, depois de estabilizar a sua economia, entrar no seleto clube do Primeiro Mundo.

Em visita a empresários paulistas, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, definiu com propriedade o episódio da regularização do contencioso da dívida externa como "o espelho retrovisor do nosso carro". Desde que o país obtenha condições que realmente possa cumprir, sem afetar o déficit público (porque 90% da dívida são de responsabilidade do setor público), a normalização das relações do Brasil com a comunidade das finanças e negócios internacionais deve ser vista, segundo o ministro, como "um farol de milha". O objetivo é criar canais de absorção de novos investimentos diretos nos setores reais da economia e nos ativos negociados no mercado financeiro, principalmente aqueles ligados a transações com o exterior.

O caminho na reinserção do Brasil na comunidade financeira internacional é longo, mas começa na regularização dos compromissos financeiros. Depois da queda do Muro de Berlim, o mundo ficou menor e mais redondo: com a remoção das fronteiras ideológicas e econômicas, o comércio exterior e os investimentos de risco das grandes

corporações multinacionais (que dominam a tecnologia) ficaram ligados umbilicalmente às transações do sistema financeiro internacional.

Sem tirar os atrasados da dívida externa do espelho retrovisor, a economia brasileira não conseguirá trafegar rumo ao Primeiro Mundo. A regularização permitirá o acesso aos centros de irradiação científica e tecnológica do Primeiro Mundo, sem prevenções. Recentemente, a Embraer foi privada da tecnologia dos grandes computadores, sob a suspeita de que o Brasil, além de concorrer com a indústria aeronáutica americana, poderia repassar tecnologia militar a terceiros países. Afinal, qual a credibilidade política de um país que não cumpriu qualquer dos compromissos assumidos na dívida desde 1983?

Ainda há muito a fazer na área específica do comércio exterior para o Brasil remover a couraça protecionista que imunizou a sua indústria da concorrência internacional, mas também afastou novos investimentos no país e condenou o consumidor brasileiro a produtos obsoletos. Apenas 5% das tarifas brasileiras estão reconhecidas no âmbito do GATT, o acordo que regula as tarifas de comércio internacional. Até em relação aos parceiros do Mercosul as tarifas brasileiras estão muito altas: 40%, em média, no Brasil, contra 35%, em média, na Argentina e Uruguai, como reconhece o ministro da Economia.

A normalização das relações do Brasil com as nações desenvolvidas do Norte e com os parceiros comerciais responsáveis no Sul exigirá um longo trabalho diplomático e político, que não poderá se limitar ao diálogo do presidente da República com os chefes de Estado do Primeiro Mundo. O fim do Segundo Mundo tornou caduca a política *terceiro-mundista* do Itamarati. Mas a recuperação da credibilidade brasileira parece estar mesmo nas mãos do Ministério da Economia, que responde pelos compromissos financeiros e comerciais do país.